

A Pesquisa de Campo com Trabalhadores Domiciliares na Indústria de Calçados: Caminhos e Obstáculos

Felipe Rangel¹

Resumo: Este texto apresenta descrições e reflexões acerca do trabalho de campo de uma pesquisa focada no trabalho informal na indústria de calçados, muitas vezes realizado no ambiente domiciliar dos trabalhadores. O estudo é situado nas cidades de Franca, Jaú e Birigui, três grandes polos produtivos do Estado de São Paulo, onde, a partir de estudos de caso em unidades produtivas informais (*bancas*), procuramos conhecer as condições em que o trabalho é realizado na informalidade. Buscamos analisar, fundamentalmente, a influência dos discursos sobre empreendedorismo na legitimação do trabalho autônomo informal. O presente artigo relata os caminhos pelos quais a pesquisa foi conduzida e as dificuldades encontradas, sobretudo para o acesso às bancas informais em um contexto de crescimento da fiscalização.

Palavras-chave: informalidade; indústria de calçados; empreendedorismo.

Abstract: This paper aims to present descriptions and reflexions about the field work of a research focused in the informal work of the shoes industry, often performed in domiciliar environments of workers. The study is set in the cities of Franca, Jaú and Birigui, these are the three major production poles of São Paulo. We intend to analyze the conditions which work is undertaken in informality, as well as the influence of entrepreneurship's discourse in the legitimation of informal self-employment. It describes the ways in which the research was conducted and the difficulties found, especially to access the informal units of production in a context of growth monitoring.

Keywords: informality; shoes Industry; entrepreneurship's discourse

¹ Graduando do curso de Ciências Sociais da UFSCar – bolsista FAPESP.

A abertura econômica do início da década de 90 teve como consequência a inserção das empresas nacionais na lógica competitiva internacional. Desencadeia-se um acelerado movimento para a modernização das indústrias brasileiras, que, nesse caso, significou adequação aos padrões produtivos globais. O processo de reestruturação produtiva passa a articular, na esfera do trabalho, novas e velhas formas de exploração do trabalhador, as jornadas de trabalho aumentam e ocorrem tentativas de desregulamentação do uso da força de trabalho com a flexibilização dos contratos. Dissemina-se a prática de subcontratação.

Nessa conjuntura, o setor de calçados sente significativamente os impactos dessas transformações. Nos grandes polos de concentração das indústrias calçadistas do país, os trabalhadores foram afetados com a redução dos postos de trabalho provocada pelo processo de desterritorialização industrial, no qual unidades produtivas se deslocam do seu local de origem para áreas de pouca tradição sindical e mão de obra abundante. Lima (2009) demonstra as artimanhas pelas quais parte da produção de calçados do Sul e Sudeste brasileiro foram atraídos para regiões do Nordeste, com destaque para os Estados do Ceará, Paraíba e Bahia, que, se antes não apresentavam significativa tradição industrial, nas últimas décadas surgem como grandes exportadores de calçados. Indústrias de vestuários e calçados, aproveitaram incentivos fiscais concedidos por essas regiões e deslocaram sua produção numa estratégia de redução de custos. O emprego gerado nessas regiões já nasce precarizado, com acesso incerto a direitos sociais e convivendo constantemente com a instabilidade provocada pela permanente mobilidade do capital (LIMA, 2009). Contudo, a noção de precariedade deve ser considerada em termos comparativos, numa região em que os trabalhadores, em sua maioria, desconheciam a atividade industrial ou relações de trabalho formais, até mesmo os empregos precários criados pela migração da produção são percebidos como avanços (LIMA, 2009).

A situação dos trabalhadores dos tradicionais polos produtores de calçado do Sul e Sudeste brasileiros aparece ainda mais complicada ao considerarmos que somado a esse processo de migração industrial ocorreu a adesão das fábricas que permaneceram ao modelo de “produção enxuta” (Castells, 1999), que visa reduzir a quantidade de mão-de-obra necessária para a produção com o intuito de diminuir os custos sem perda de produtividade. Como alternativa ao desemprego, milhares de trabalhadores se lançaram à informalidade e ao trabalho domiciliar, tornando-se prestadores de serviço subcontratados pelas fábricas de calçados. A legitimação do trabalho informal e instável, por vezes, se dá através de um discurso que valoriza a autonomia e o espírito empreendedor, mas que no fundo mascara a impossibilidade de acesso a um emprego estável para a maioria dos trabalhadores, é, na prática, um empreendedorismo por necessidade (LIMA, 2010). O trabalho autônomo informal é **ressignificado sob a ideia de empreendedorismo**, aplicando contornos modernos a uma situação de instabilidade não mais vista como transitória, mas inerente à flexibilidade das novas formas de organização do trabalho.

Franca – Primeiro contato com o campo

Morei por dois anos na cidade de Franca, período em que entrei em contato com o que posteriormente viria a ser meu objeto de pesquisa. O polo industrial da cidade é o **maior produtor de calçados masculinos do Brasil**, empregando cerca de 27 mil pessoas em 732 empresas, entre fábricas e prestadoras de serviço formalizadas. Para se ter noção da importância da produção de calçados para a cidade, deve-se acrescentar a esses dados outras milhares de pessoas que sobrevivem da confecção dos sapatos e artefatos de couro, mas estão ocultas atuando na informalidade.

A indústria de calçados, invariavelmente, envolve uma quantidade significativa de trabalhadores informais. Como estratégia para a redução de custos e eliminação de gargalos, etapas mais artesanais da confecção do sapato, como a costura manual e o pesponto (costura mecanizada), são terceirizadas e repassadas a unidades produtivas informais, conhecidas como bancas. Não raro, essas oficinas são instaladas nos domicílios dos trabalhadores, onde a atividade é executada longe dos olhos de órgãos reguladores e em condições precárias. Nos últimos anos, o Ministério Público do Trabalho tem realizado tentativas de fiscalização da relação das fábricas com as bancas terceirizadas, objetivando combater o trabalho informal. No entanto, baseados no que verificamos na pesquisa de campo efetuada na cidade, podemos afirmar que o trabalho precário nas bancas informais ainda é bastante disseminado.

Se, por um lado, o aumento da fiscalização não tem conseguido combater eficientemente a proliferação de bancas irregulares, por outro, teve o efeito de deixar os trabalhadores informais apreensivos em relação à recepção de pessoas desconhecidas. Não fossem os contatos que estabeleci na época em que residia na cidade, teria encontrado maiores dificuldades para obter acesso a esses trabalhadores. Após realizar uma revisão bibliográfica sobre as questões tratadas e um levantamento de dados para caracterizar os polos, precisei ir a campo para dar prosseguimento à pesquisa.

Entrei em contato com um colega que reside em Franca, seu pai é funcionário de uma fábrica de calçados e ele próprio já trabalhou no ramo, expliquei o estudo que vinha fazendo e perguntei se ele poderia me auxiliar no acesso a algumas bancas informais. Ele prontamente se dispôs a colaborar. Elaborei um roteiro de entrevista e nos encontramos em um dia combinado. Caminhamos pelo seu bairro, com destino a algumas bancas que ele previamente havia selecionado. O número de bancas espalhadas pelo bairro me impressionou, contei treze em um intervalo de cinco quarteirões. Muitas funcionavam em pontos comerciais, com porta de enrolar e entrada barrada por biombos de madeiras. Quando instaladas nas residências, podíamos constatar a existência das bancas pelo barulho das máquinas de costura nas garagens.

Mesmo sabendo que meu estudo se concentrava nos trabalhadores informais, meu colega insistiu para que visitássemos a empresa de um conhecido seu, uma banca regularizada. Argumentou que Milton, o proprietário da empresa em questão, era um exemplo de ex-funcionário de fábrica que montou o próprio negócio e “deu certo”. A oficina é instalada num ponto comercial, bem arejada e iluminada. O banqueiro nos informou que a empresa era regularizada e todos os quinze funcionários – seis homens e nove mulheres, incluindo a própria esposa – registrados. Milton, que foi funcionário de fábricas de calçado por 14 anos, montou sua banca de pesponto 15 anos atrás. Durante quatro anos trabalhou junto com a esposa dentro da própria casa. Segundo ele, por vezes chegava a trabalhar até treze horas por dia, sem descanso semanal.

Há 11 anos, Milton alugou o espaço onde a banca funciona hoje, contratou os primeiros funcionários e comprou as primeiras máquinas, que antes eram alugadas. Dois anos depois a empresa e os funcionários foram regularizados. Quando perguntamos se a iniciativa de montar a própria banca é mais vantajosa em termos de condições de trabalho e renda do que a permanência como trabalhador assalariado, Milton nos respondeu que banca só é bom pra quem não vê problema em trabalhar mais do que o normal. Na opinião dele, todos que tentam conduzir o próprio negócio passam por dificuldades no começo, por isso, disposição pra trabalhar muito é fundamental. Ao mesmo tempo, se considera sortudo por “ter dado tudo certo”. Conhece muitos colegas que tentaram o mesmo caminho e não tiveram o mesmo êxito, mesmo sendo “sérios e bons de trabalho”. Tem consciência de que seu caso não é a regra e que os banqueiros em geral têm muita dificuldade para desenvolver suas empresas, prova disso é que, nas

palavras dele, “todo mundo que mexe com calçado em Franca sabe que a grande maioria das bancas não são regularizadas e trabalham muito”.

A visita à **banca de Milton** foi positiva para a pesquisa por diversos motivos. Primeiramente, nos deu elementos para pensar como a ideologia do empreendedorismo pode ser apropriada pelos trabalhadores. Além disso, foi a partir de Milton que conseguimos acesso à segunda banca. Ao conversarmos a respeito do trabalho informal em Franca, Milton nos disse que é comum encontrar trabalhadores que preferem trabalhar em casa, na informalidade, do que na fábrica e que o vizinho dele representava um desses casos. Perguntei se havia a possibilidade de conseguirmos conversar com seu vizinho. Milton disse que sim e nos levou até lá.

“Pode deixar entrar Jorge, não é fiscalização não. Os meninos são gente boa”. Só após ouvir a recomendação de Milton é que Jorge, o vizinho, pareceu ficar mais à vontade para nos receber. Jorge montou sua oficina de pesponto na garagem de sua casa, onde trabalha junto com mais cinco pessoas da vizinhança, obviamente, ninguém é registrado. O espaço é pequeno para a quantidade de pessoas e o cheiro de cola estava forte. Jorge diz preferir trabalhar em sua própria banca do que como assalariado fabril. A autonomia no ambiente de trabalho e o rendimento maior compensam a condição de informalidade, na perspectiva do banqueiro. Assegurou que nunca recebeu uma visita de fiscais e que não tem receio algum em trabalhar na informalidade. Disse que já pensou em regularizar sua situação, mas o excesso de impostos é um empecilho. Ao prestar o serviço de pesponto, prefere as fábricas menores. De acordo com ele, as fábricas maiores têm trabalhado apenas com bancas formalizadas e as menores dependem mais da prestadora de serviço.

Jorge ganha por peça produzida, assim como a maioria dos banqueiros. Alegou que a fábrica para qual trabalha frequentemente insiste para que ele pegue um lote maior de peças. Ele nos disse que recusa por gostar de trabalhar em um ritmo mais tranquilo, produz cerca de 60 pares de sapato por dia. Contudo, admite que em períodos de alta produção na fábrica a banca tem que aumentar a produtividade também. Nesses casos, a banca trabalha das 7:00 às 21:00 horas. As opiniões do banqueiro não parecem demonstrar uma ânsia pela ascensão social. Aparentemente, a motivação para continuar no próprio negócio, ainda que na informalidade, tem uma relação mais estreita com a noção de autonomia e a com possibilidade de vivenciar a condição de “patrão de si mesmo”. Quando questionado sobre perspectivas para o futuro, Jorge disse que espera morrer trabalhando na sua banca. Quanto à possibilidade de ocorrência de algum imprevisto que o impossibilite de trabalhar no pesponto, concluiu que a falta de suporte em casos de emergência é o lado negativo da informalidade, mas, segundo ele, “Deus cuida para que nada aconteça”.

Meu colega tinha pensado em uma outra oficina para me levar, mas quando chegamos no local não havia ninguém em casa. Estávamos indo embora pelo mesmo caminho que viemos, passando pela grande quantidade de bancas que eu havia reparado antes. Perguntei o que ele achava de pararmos em alguma oficina e perguntar se as pessoas estavam dispostas a conversar. Ele me disse que poderíamos tentar, mas achava que não daria certo. E ele tinha razão.

A primeira banca em que tentei por em prática minha tática improvisada funcionava em um ponto comercial cuja entrada estava tampada com um biombo de madeira, deixando apenas o espaço para uma pessoa passar. Coloquei a cabeça para dentro, me identifiquei e perguntei se poderia falar com o responsável. Era um ambiente escuro, no qual seis pessoas trabalhavam, nenhuma delas sequer deu atenção para a minha presença, exceto um rapaz que saiu de traz de uma máquina de costura e se apresentou como o responsável. Apresentei-me e falei um pouco sobre a pesquisa que estava fazendo. O rapaz, que aparentava ter por volta de 25 anos,

olhou-me com desconfiança durante o todo o tempo em que eu falava. Ao término, disse-me que estava cheio de trabalho e que não poderia colaborar. Agradei e fui embora.

O mesmo aconteceu na oficina seguinte. Trabalhavam no local um casal de idosos e um garoto com não mais que 12 anos. Assim que me apresentei e falei sobre a pesquisa, o garoto desapareceu. O homem disse que ali só trabalhavam ele e sua mulher e que o neto costumava ficar brincando na oficina. Disse-me que apareci em um dia ruim, estava com a produção atrasada e que não poderia conversar comigo. Novamente, agradei e saí.

Percebi que seria muito difícil conduzir a pesquisa entre as bancas informais sem um “porteiro” que me introduzisse no campo. Os trabalhadores ficavam apreensivos quanto à possibilidade de fiscalização e multa à empresa contratante, que deixaria de repassar serviço para àquela oficina. Milton me recebeu com atenção e respondeu solicitamente minhas perguntas porque estava regularizado, mas, sobretudo, porque havia existido a mediação do meu colega. Assim como Jorge nos recebeu bem após sermos apresentados por Milton. A partir de então passei a organizar melhor meu trabalho de campo, tratando de garantir alguma mediação antes de tentar abordar os trabalhadores.

Jaú – Construindo a mediação

O polo de Jaú também faz parte do recorte do meu estudo, logo, a pesquisa de campo com trabalhadores informais na cidade também era necessária. Eu nunca havia visitado Jaú, não conhecia alguém que residia na cidade, nem, ao menos, tinha contato com alguém que conhecia alguém que morava na cidade. Como já havia aprendido em Franca, se eu chegasse às oficinas sem um “porteiro” as minhas chances de sucesso seriam pequenas. Eu tive, então, que conseguir uma mediação que me permitisse o acesso ao campo. A maneira encontrada foi através do SEBRAE.

O polo de Jaú, ainda em busca de consolidação, toma corpo principalmente a partir dos anos 90, logo, já no contexto de reestruturação produtiva. O desenvolvimento da indústria calçadista local já nasce atrelado à lógica da “produção enxuta”. Não ocorre um grande processo de precarização das relações de trabalho em Jaú porque sua cadeia produtiva já se desenvolve em tempos de trabalho flexível. Organizado na forma de APL (Arranjo Produtivo Local), o polo conta com apoio de diversas instituições a suas indústrias, entre elas o SEBRAE. Por isso, percebemos no contato com o SEBRAE a possibilidade de uma entrada privilegiada no campo.

Entrei em contato por e-mail com a gerente do SEBRAE de Bauru, que é responsável, também, pelo suporte às empresas de Jaú. Após cerca de um mês trocando mensagens, nas quais eu expliquei a pesquisa que vinha fazendo, consegui marcar uma visita a duas fábricas da cidade. A partir da minha experiência em Franca, compreendi que é possível abrir caminho até as bancas informais por meio das empresas regulamentadas, de mais fácil acesso.

Preparei um roteiro de entrevista com questões mais pertinentes a uma conversa com industriais e, no dia combinado, viajei até a cidade e fui conhecer as duas fábricas selecionadas pela funcionária do SEBRAE. Em ambas fui bem recebido. A primeira contava com apenas três funcionários. Toda a produção era realizada em bancas terceirizadas. Como nos informou o proprietário “para se tornar fabricante no setor de calçados não é preciso uma fábrica, apenas um produto. Existindo um produto a ser confeccionado, toda a produção pode ser executada através das inúmeras bancas domiciliares”. A empresa em questão terceiriza sua produção para cinco bancas espalhadas por Jaú, uma de pesponto, uma de corte, duas de facheta (forro abaixo da palmilha) e uma de montagem. Uma sexta banca, de montagem, que prestava ser-

viço para a fábrica foi descartada por reclamar muito a respeito do preço pago por cada peça produzida. Algumas dessas bancas ainda repassam parte do serviço que pegam para ser executado em outras unidades produtivas, o que caracteriza a atividade de quarteirização. Todas as bancas são oficinas domiciliares de produção familiar. A utilização de mão de obra informal pelas microempresas é generalizada, responde à necessidade de se reduzir custos e manter o padrão de competitividade. O proprietário entrevistado chegou a afirmar que, se precisasse registrar todos os trabalhadores necessários para manter sua média de produção, o número de funcionários contratados mais que triplicaria.

A segunda fábrica tinha dois irmãos como proprietários. Fui recebido por Fábio, com o qual conversei durante uma hora e meia. Ele pareceu bastante animado com a situação de ser entrevistado. Mesmo dizendo diversas vezes que meu estudo era de matriz sociológica, não consegui convencê-lo de que o meu trabalho era diferente do que faz um engenheiro de produção. Fábio me disse que também trabalhava com bancas terceirizadas, mas, segundo ele, eram todas formalizadas. Consegui marcar uma segunda visita a Jaú, na qual Fábio se comprometeu a me colocar em contato com alguma das terceirizadas que prestam serviço para ele.

Na segunda incursão à cidade, fui direto para a fábrica de Fábio. Chegando lá fui recebido por seu irmão, Rafael, Fábio não estava. Este também foi bastante atencioso comigo, acredito que muito por causa da utilização do SEBRAE como contato. Muitas vezes ouvi dos empresários entrevistados a respeito da boa relação do SEBRAE com as empresas da cidade. Comentei sobre a visita às bancas terceirizadas que tinha combinado com Fábio. Rafael se dispôs a me levar até uma delas, ainda que eu tenha insistido que só o endereço seria suficiente. Fiquei sabendo também que, diferente do que me foi informado na visita anterior, todas as terceirizadas eram informais.

Rafael me levou de carro até uma casa na periferia de Jaú. Tocou a campainha e, quando uma senhora apareceu, perguntou se esta poderia conversar um pouco comigo. Ela consentiu e me convidou para entrar, Rafael foi embora em seguida. Solange trabalha sozinha na oficina localizada nos fundos da casa onde mora com o marido e os dois filhos. Sua jornada de trabalho começa às 7h da manhã e vai até às 19h, aproximadamente. Nos períodos de maior produção, a jornada pode ir até às 22h e incluir os domingos. Não há qualquer tipo de contrato entre a banca e a fábrica, o acordo é somente verbal. Quando questionada se prefere o trabalho na fábrica ou na banca, Solange diz preferir a banca “[...] aqui, qualquer coisa, eu tô na cozinha, eu passo um pano na cozinha. A hora que eu acabo eu já estou na minha casa”. Além do trabalho na oficina, Solange ainda é responsável pela preparação das refeições para o marido e pelas demais tarefas domésticas. Ela nos disse que pretende parar de trabalhar no fim deste ano. Está cansada e o cheiro da cola tem provocado dores de cabeça. No entanto, necessita da aprovação do marido, que possui uma pequena loja de autopeças e vê na banca de Solange um acréscimo considerável na renda familiar.

Terminada a conversa, precisei da ajuda de Solange para descobrir como chegar ao endereço da outra banca, que nos foi indicada por Rafael. Peguei um ônibus e fui até o outro lado da cidade, um bairro de periferia recém loteado. Enquanto descia a rua, verifiquei a existência de muitas oficinas na vizinhança, todas domiciliares.

Chegando à casa indicada por Rafael, fui recebido por Júnior, um rapaz de 16 anos, filho da responsável pela banca. Ele já esperava minha chegada, Rafael havia ligado para sua mãe informando que eu iria, mas ela tinha um compromisso e não estava presente. A oficina estava instalada na cozinha da casa, que só tinha mais dois cômodos, um quarto e um banheiro. Júnior estava bastante constrangido com a minha presença. Quando perguntado sobre a relação

da banca com as fábricas, Júnior de entregou um caderno com todas as anotações da mãe acerca dos rendimentos e dos serviços que presta para cada empresa, me tratando como se eu fosse uma espécie de fiscal. Segundo o rapaz, a mãe trabalha como gari contratada pela prefeitura e a banca funciona apenas como complementação de renda. Durante os períodos de maior demanda das fábricas, a mãe trabalha das 18 horas, quando chega em casa, até por volta das 2 horas da manhã. Júnior ajuda a mãe na banca há um ano, antes trabalhava em outra banca no mesmo bairro. Segundo ele, ganhava muito pouco na banca anterior e ajuda mais a família trabalhando na oficina da mãe. Não tem nenhuma remuneração fixa, mas, de acordo com ele, a mãe não lhe deixa faltar nada. No ano que vem pretende conseguir um emprego em uma das fábricas da cidade. Acredita que o trabalho na fábrica é melhor do que na banca, pois existe a possibilidade de ter registro em carteira. Sobretudo, como empregado de uma empresa, poderá ter o próprio salário.

Por intermédio de Júnior obtivemos acesso a outra oficina, localizada em uma casa na mesma rua. O serviço da banca era executado na garagem da casa de Rosa, 45 anos, na qual vive com o marido, o filho, a nora e a neta. Funciona como terceirizada de uma banca maior no mesmo bairro, representando o processo de quarteirização. Rosa não sabe para quais fábricas a banca que lhe repassa a produção presta serviço, mas, pelo grande volume de encomendas, acredita que seja para mais de uma. A nora de Rosa também trabalha na banca. Juntas, cumprem uma jornada de trabalho que vai das 7h às 19h, intercalada com os afazeres domésticos. Nos períodos em que a nora está ausente, Rosa cuida da neta de 3 anos, o que, de acordo com ela, vem atrapalhando um pouco seu “ritmo” de trabalho. No momento da visita, a neta estava sentada sobre a mesa de produção brincando com pedaços da cobertura para o salto. Rosa e a neta passam grande parte do dia na garagem, onde, por sinal, predomina um forte cheiro de cola.

Ao contrário do que percebemos em Franca, em Jaú encontramos casos em que o discurso empreendedor está totalmente ausente da fala dos trabalhadores informais. Nas três oficinas domiciliares a que tivemos acesso, nos deparamos com mulheres que percebem e executam o trabalho na informalidade apenas como uma estratégia de complementação da renda familiar. Não demonstram a crença, ainda que vaga, em uma possibilidade de crescimento profissional a partir do desenvolvimento do próprio negócio. A maior margem de liberdade proporcionada pelo trabalho informal não é exaltada como condição para tornar-se o próprio patrão, mas sim convertida em tempo disponível para destinar ao cuidado da casa e dos filhos.

Birigui – Mediação do sindicato

Atualmente, estamos trabalhando o acesso aos trabalhadores informais em Birigui. Assim como em Jaú, não possuímos qualquer contato na cidade que possa nos facilitar a entrada no campo. Tentei visitar alguma empresa do polo por intermédio do SEBRAE, no entanto, após quase dois meses de tentativas, não consegui uma resposta positiva. Consegui então, contatar o sindicato dos trabalhadores nas indústrias de calçados de Birigui e marquei uma reunião com a presidente.

Birigui é conhecida como a capital do calçado infantil. No fim da década de 90, o Ministério Público promoveu de diversos empreendimentos informais, apoiado por denúncias do sindicato dos trabalhadores. Sabendo disso, estava hesitante quanto a possibilidade de acesso a bancas informais com a mediação do sindicato. Mas, no entanto, não possuía muitas alternativas. Após a entrevista com a presidente do sindicato, descobri que o meu pessimismo tinha algum fundamento. Um dos pontos fortes do sindicato dos trabalhadores em Birigui parece ser

o combate ao trabalho informal nas bancas. De acordo com a presidente, se o sindicato souber de oficinas informais, faz a denúncia. Assim, conseguimos do sindicato, até agora, apenas uma visita à **duas empresas da cidade, na qual fui acompanhado por membros do GETM (Grupo de Estudos Trabalho e Mobilidades da UFSCar)**.

Eu estava confiante quanto à possibilidade de obter acesso aos trabalhadores informais a partir do contato com empreendimentos formais, como já havia ocorrido em Franca e em Jaú. No entanto, no dia da visita, a presidente do sindicato fez questão de nos acompanhar. Naturalmente, a presença da sindicalista condicionou as respostas dos proprietários das fábricas. Sabendo da posição do sindicato perante a questão do trabalho informal, dificilmente algum empresário iria dizer que trabalha com oficinas domiciliares na frente da presidente do sindicato dos trabalhadores.

No momento estou tentando conseguir, ainda por meio do sindicato, o acesso a alguma banca formal que teve seu início na situação de informalidade. Tenho como intenção aproveitar os contatos que o proprietário/trabalhador dessa banca certamente tem. Contudo, o obstáculo que encontro agora é conseguir visitar essas oficinas sem a companhia de um membro do sindicato.

Considerações Finais

Neste texto, busquei relatar a minha experiência de pesquisa apresentando algumas dificuldades que encontrei e os caminhos que segui. Descrevi alguns casos com os quais me deparei nesse estudo, expondo aqui os que considero representativos de cada polo estudado e da trajetória da pesquisa. Venho apendendo que o trabalho de campo requer paciência e desenvoltura do pesquisador, tanto para a construção dos canais de mediação quanto para lidar com os imprevistos que inevitavelmente surgem.

Justifico a descrição desses casos, por vezes um pouco extensa por outras demasiadamente concisas, para argumentar que, em um contexto de crise do assalariamento, a informalidade pode ser ressignificada sob o termo empreendedorismo, e defendida como alternativa aos pobres (LIMA, 2008). Nesse processo, o sucesso ou o fracasso econômico são atribuídos exclusivamente à capacidade empreendedora do agente, desviando o foco de questões mais estruturais, inerentes às contradições do modo de produção capitalista. Como resultado, verificamos a ampliação da vulnerabilidade desses trabalhadores.

Referências

CASTEL, Robert. (1998) *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes.

LIMA, J. C. (2010). Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? *Sociologias (UFRGS. Impresso)*, v. 12, p. 158-198.

_____. (2009) A terceirização e seus espaços: os territórios da precariedade - a experiência da indústria de confecção e calçados. In: DAU, Denise Motta; RODRIGUES, Iram Jácome; CONCEIÇÃO, Jefferson José da. (Org.) (2009). *Terceirização no Brasil: do discurso da inovação à precarização do trabalho*. 1ed. São Paulo: Annablume, v. 1, 69-84.

NAVARRO, Vera Lúcia. (2006). *Trabalho e Trabalhadores do Calçado*. São Paulo, Expressão Popular.